

**MODELO**

**PRIMEIRA VERSÃO**

**OCTAVIO IANNI**

**A IDÉIA DE AMÉRICA LATINA**

**IFCH/UNICAMP**

**No. 13 - 1990**

Primeira Versão é uma nova publicação do IFCH. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do Instituto.

Primeira Versão é, portanto, uma publicação predominantemente voltada para a circulação interna; mas, por isso mesmo, pode vir a preencher um papel importante na vida acadêmica e intelectual do IFCH.

Primeira Versão está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e sua tiragem será em torno de 70 exemplares. Os originais devem ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

# A IDÉIA DE AMÉRICA LATINA

Octavio Ianni  
Deptº de Ciências Sociais do IFCH

## HISTÓRIA E IMAGINAÇÃO

A formação do pensamento latino-americano pode ser vista como a história da idéia da América Latina. Uma idéia que se organiza, desenvolve, rompe e recria ao longo dessa mesma história. Em um nível bem geral, diz respeito à paulatina construção de uma problemática própria, na qual espelham-se dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, ou históricas, de cada nação. Uma problemática que diz respeito a esta ou aquela nação, nesta ou aquela época, mas que expressa algo, ou muito, da América Latina como um todo, compreendendo o continente e as ilhas. A idéia de América Latina pode ser vista como um produto e um ingrediente da história desse pensamento, tomado assim, como um todo amplo, aberto e em movimento.

A idéia de América Latina sintetiza diversos temas, distintas perspectivas explicativas, diferentes visões da história é uma síntese de multiplicidades e

contrapontos. É como se um conjunto de autores, escritos científicos, filosóficos e artísticos, temas e interpretações, nucleassem um pensamento que não só expressa, mas também constitui a América Latina. Um pensamento que se compõe de tendências e controvérsias polarizadas em torno de fundadores, seguidores e precursores. Em certo sentido, formam-se escolas, famílias ou estilos de pensamento, compreendendo ortodoxias, dissidências e oposições. Mas as diversidades e os antagonismos não impedem que todos, ou a maioria, polarizem-se no processo de construção da problemática latino-americana, como idéia e história.

Essa história obviamente compreende as produções de filósofos, cientistas sociais, escritores e artistas latino-americanos; além de europeus, norte-americanos e outros. Desde sempre, há certa universalidade no processo de formação, crise e recriação da América Latina. As correntes de pensamento, nacionais e latino-americanas, mesclam-se todo o tempo com as teorias, os temas e as modas vigentes na Europa e Estados Unidos. Mas as preocupações básicas do pensamento latino-americano e estrangeiro nem sempre são contemporâneas, florescendo e fenecendo na mesma época. Há frequentes descompassos. É comum verificar-se que o que foi moda em Paris, Londres ou New York torna-se moda ao depois, de modo caricato, aqui e ali, na América Latina. Mas há sempre um amplo intercâmbio, compreendendo conceitos e temas, sem os quais não se esclarece satisfatoriamente a forma pela qual a idéia de América Latina se organiza, desenvolve, rompe e recria.

Uma das preocupações centrais desse pensamento é compreender o que é a América Latina, como se constitui e expressa, organiza e transforma. Trata-se de compreender como se dá a sua evolução, progresso, desenvolvimento ou modernização, envolvendo os vaivéns das crises, golpes, revoluções, contra-revoluções. Simultaneamente, busca-se explicar quando se traça e destracha o seu perfil; como dialoga com a Europa e os Estados Unidos; em que se constituem as suas singularidades; quando se dá a sua produção cultural mais original. Aos poucos, revelam-se os modos pelos

quais a América Latina se pensa<sup>(1)</sup>.

Mas é também claro que a idéia de América Latina entra na constituição da realidade latino-americana. Há um permanente contraponto entre o pensamento e a realidade, de tal maneira que o processo de pensar, às vezes, é também um processo de constituir, organizar, romper ou redirecionar as produções e atividades culturais, políticas, econômicas e outras. Ao descobrir as direções possíveis da realidade social, o pensamento também constitui essas direções. A realidade nunca permanece inocente do seu conceito.

É óbvio que a idéia de América Latina não se forma de modo contínuo, harmônico, tranquilo. Ao contrário, avança e recua. Algumas contribuições novas são questionadas, rechaçadas. Outras, mais antigas, reaparecem como se fossem novas, revestidas de outra linguagem. O jogo das forças sociais e as controvérsias teóricas provocam frequentes reorientações. Aos poucos, constitui-se toda uma problemática latino-americana. Os desenvolvimentos da história e do pensamento sedimentam-se em temas e interpretações. A despeito das diversidades nacionais e de linguagens, ressoam semelhanças

---

(01) Leopoldo Zea, El Pensamiento Latinoamericano, 2 tomos, Editorial Pormaca, México, 1965; Leopoldo Zea (Coordenação), América Latina en sus Ideas, Unesco e Siglo XXI Editores, México, 1986; Pedro Henriquez Ureña, História de la Cultura en la América Hispanica, 7ª ed., Fondo de Cultura Económica, México, 1964; José Luis Romero, Latinoamérica: las Ciudades y las Ideas, 2ª ed., Siglo XXI Editores, México, 1976; Gérard Pierre-Charles, El Pensamiento Sociopolítico Moderno en el Caribe, Fondo de Cultura Económica, México, 1985; Jean Franco, The Modern Culture of Latin America (Society and the Artist), Revised Edition, Penguin Books, Middlesex, 1970; José Lezama Lima, La Expresión Americana, Alianza Editorial, Madrid, 1969; Roberto Fernandez Retamar, Calibán (Apuntes sobre la Cultura de Nuestra América), Editorial La Pleyade, Buenos Aires, 1973; Richard M. Morse, O Espelho de Próspero (Cultura e Idéias nas Américas), trad. de Paulo Neves, Companhia das Letras, São Paulo, 1988; W. Rex Crawford, A Century of Latin-American Thought, Revised Edition, Frederick A. Praeger Publishers, New York, 1961.

e convergências entre o que se faz e pensa em distintos países. Há épocas em que vários, ou a maioria dos países, parecem viver e pensar problemas muito semelhantes, expressos em produções filosóficas, científicas, literárias, artísticas.

É claro que há muitas diversidades. Cada país possui uma história, um jogo de forças sociais, uma combinação peculiar de formas de vida e trabalho, compreendendo raças, regiões, culturas, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Há sempre muita singularidade em cada país, época, conjuntura. Mas também há semelhanças, convergências e ressonâncias. Daí emerge a idéia de América Latina, como história e imaginação.

## CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

Se fosse possível dizer qual é o tema mais frequente e influente do pensamento latino-americano, muitos concordariam com o contraponto civilização e barbárie. Aí reúnem-se intelectuais e políticos latino-americanos, europeus e norte-americanos. Uns pelo exotismo da fórmula, outros pela verdade que imaginam que ela sintetiza. Mas pode-se falar naqueles que tomam esse contraponto como um desafio a ser superado, como teria sido a intenção de Sarmiento quando publicou Facundo (Civilización y Barbarie), em 1845. Desde os primeiros momentos de formação de estados nacionais, nos começos do século XIX, até a atualidade, já nos fins do XX, a fórmula sintetizada por Sarmiento continua a ser frequente e influente. Mudam as linguagens, os ingredientes históricos, as forças sociais, os personagens, as conotações europeístas ou americanistas; mas prevalece o contraponto<sup>(2)</sup>.

---

(02) Domingo F. Sarmiento, Facundo (Civilización y Barbarie), 6ª ed., Espasa-Calpe Argentina, Buenos Aires, 1962; Juan Bautista Alberdi, Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina, 3ª ed., Editorial Plus Ultra, Buenos Aires, 1981; Ezequiel Martínez Estrada, Radiografía de la Pampa, 9ª ed.,

Uma sociedade nacional atravessada pela civilização e a barbárie, compreendendo os desencontros entre cidade e campo, costa e serra, branco e mestiço, trabalho e preguiça, compostura européia e rusticidade gaúcha, liberalismo e caudilhismo, direito público e violência privada, centralismo constitucional e federalismo oligárquico, essa ainda não é uma sociedade nacional. Os localismos e privatismos, vigentes em segmentos mais ou menos amplos dela, impedem a estruturação da sociedade civil, a organização da representação política, o desenvolvimento das capacidades produtivas, o aperfeiçoamento das instituições sociais, políticas, econômicas e culturais, a estruturação do Estado nacional.

A barbárie, em geral, é a do caudilho, cacique, coronel, general. Ele obsta ou distorce a generalização dos institutos jurídico-políticos constitucionais, o livre fluxo das mercadorias, gentes e idéias, a expansão das forças econômicas, a formalização das relações de produção, a emergência da cidadania

Às vezes, a idéia de barbárie está acompanhada do preconceito racial, darwinismo social, quando se criminalizam as reivindicações e os protestos de setores populares do campo e cidade, envolvendo o índio, mestiço, negro, mulato e branco, todos trabalhadores braçais. Barbárie reforçada todo o tempo pela idéia de que o bárbaro é aquele que pertence à outra casta, à outra classe, aos setores subalternos do campo e cidade. E mais bárbaros, ainda, porque reivindicam, questionam, protestam, lutam. Sob vários aspectos, bárbaro é o outro

---

(02) (cont.) Editorial Losada, Buenos Aires, 1983; Euclides da Cunha, Os Sertões (Campanha de Canudos), 19ª ed., Livraria Francisco Alves, São Paulo, 1946; Roberto Fernández Retamar, Calibán y Otros Ensayos, Editorial Arte y Literatura, La Habana, 1979; Carlos Fuentes, La Nueva Novela Hispanoamericana, Editorial Joaquín Mortiz, México, 1969

São muitos, no passado e presente, que pensam e agem em termos de civilização e barbárie. Essa é uma fórmula bastante influente em meios intelectuais, políticos, militares e outros, latino-americanos, europeus e norte-americanos.

No entanto, poucos colocam-se as relações recíprocas entre os dois polos do dilema. Não se interessam pelo contraponto escondido na oposição. Contentam-se com a impressão de que se trata de dualismos, dualidades básicas ou estruturais. Como se fosse possível o arcaico sem o moderno, a cidade sem o campo, a composição constitucional na capital sem a violência aberta no campo, serra, pampa, sertão. Como se fosse possível a prosperidade, conforme o ideário liberal, sem a exploração do trabalho na indústria e agricultura; o Estado de direito sem o monopólio da violência organizada e concentrada da sociedade. Aquele que imagina que bárbaro é o outro, esquece que o eu não se basta por si, que o eu depende do outro, que o civilizado tem raízes no bárbaro. O contraponto está em que a civilização produz a barbárie, ambas engendram-se reciprocamente, uma inexistente sem a outra. Ao menos até esta altura da história.

## INSTABILIDADE POLÍTICA CRÔNICA

A nação latino-americana caracteriza-se por uma instabilidade política crônica, reiterada, recorrente. Uma instabilidade frequentemente acompanhada de violência e de alterações bruscas de diretrizes econômicas, sociais e políticas. Às vezes, também as diretrizes culturais modificam-se de forma drástica. A despeito dos princípios constitucionais, da estrutura dos partidos políticos e dos compromissos internacionais, a instabilidade manifesta-se com mais ou menos força, no longo da história nacional. Há países cujas histórias estão marcadas por dezenas de golpes de Estado, revoluções e contra-revoluções, bem como constituições, governos com mandatos interrompidos, ditadores civis e militares; proclamando a defesa da democracia, o combate à desordem, pobreza, desemprego, marginali-



dade; a vigência dos valores ocidentais e cristãos(3).

Em geral, essa instabilidade política é considerada congênita, inerente à cultura política latino-americana. Alguns referem-se à persistência e ao predomínio do padrão patrimonial de mando, propriedade, governo. Um patrimonialismo no qual o público e o privado mesclam-se todo o tempo, segundo os interesses dos grupos dominantes. Os grupos dominantes seriam oligarquias que controlam o poder econômico, político, militar, religioso, cultural; ao menos na escala suficiente para terem os seus interesses garantidos.

Nesse ambiente, os setores populares, do campo e cidade, dispõem de reduzidos espaços de ação e reivindicação. Os padrões e valores oligárquicos permitem o favor, o clientelismo, a proteção, e benevolência. Muito se pode arranjar por esses meios. Mas nada se permite por intermédio do jogo político formalmente organizado, em termos de sindicatos, partidos políticos, eleições, representação, legalidade, legitimidade, negociação em condições jurídico-políticas de igualdade.

Na prática, tende a ser cada vez mais desproporcional o volume das reivindicações dos setores populares e a capacidade de atendimento dos que mandam. As técnicas oligárquicas ou patrimoniais de clientelismo

---

(03) Merle Kling, "Toward a Theory of Power and Political Instability in Latin America", publicado por James Petras e Maurice Zeitlin (organizadores), Latin America: Reform or Revolution?, A Fawcett Premier Book, New York, 1968; Frank Tannenbaum, Ten Keys to Latin America, Vintage Books, New York, 1966; Kalman H. Silvert, The Conflict Society (Reaction and Revolution in Latin America, Revised Edition, Harper Colophon Books, New York, 1966; Charles W. Anderson, Politics and Economic Change in Latin America (the Government of Restless Nations), D van Nostrand Company, Princeton, 1967; Adolf A. Berle, Latin America - Diplomacy and Reality, Harper & Row Publishers, New York, 1962; Nelson A. Rockefeller, The Rockefeller Report on the Americas, Quadrangle Books, Chicago, 1969; Henry Kissinger, Informe de la Comisión Bipartita sobre Centro América, Editorial Atlántida, Buenos Aires, 1984.

não absorvem o volume e a gama das reivindicações, protestos, revoltas. A ausência de meios formalizados em constituição e códigos, elaborados em moldes democráticos, ou a ausência de uma cultura política democrática sedimentada em valores e práticas, impedem a solução pacífica das controvérsias entre setores populares e dominantes.

Esse o contexto da instabilidade crônica, congênita, violenta, em geral acompanhada de alterações bruscas em diretrizes econômicas, sociais, políticas e culturais. Acontece que toda interrupção das regras do jogo político implica em rearranjos no bloco de poder, em renegociações entre setores dominantes nacionais e estrangeiros. As pressões de setores populares do campo e cidade nunca se resolvem sem que os próprios grupos dominantes rearticulem-se, recomponham as suas alianças e os seus interesses. Aí entram também as altas hierarquias militares e da Igreja Católica, além de intelectuais preparados para escrever o discurso do poder.

Essa é uma história longa e complicada. É verdade que a instabilidade política é crônica, recorrente. Mesmo os países que "amadureceram" mais cedo, como a Argentina, o Uruguai e o Chile, "voltaram" à instabilidade, com outros ingredientes. Em 1989 Costa Rica luta bravamente para preservar sua "excepcional" democracia. Tenta resistir às pressões de setores internos e norte-americanos, interessados na contra-revolução que combate o governo sandinista da Nicarágua. As longas décadas de "democracia unipartidária" mexicana estão atravessadas por irrupções brutais, nas quais se sacrificam setores populares rurais e urbanos. A maioria dos observadores reconhece que a "revolução institucionalizada" chegou ao fim.

Simultaneamente, os negócios vão bem. De par-emp- par com a instabilidade política recorrente, a economia prospera, a industrialização substitutiva de importações caminha, as multinacionais realizam investimentos e associações com empresas nativas e governos nacionais. Uma história de instabilidade política congênita é também uma história de desenvolvimento e diversificação da economia, com bons negócios.

Vista assim, em perspectiva ampla, a instabilidade política funciona. Isto é, prejudica a sedimentação da cultura democrática, dificulta as reformas sociais, retarda o desenvolvimento cultural, mas não impede a realização de bons lucros. Daí a hipótese de que a instabilidade é uma técnica política recorrente, crônica, eficaz e conveniente. Permite o uso periódico da violência, institucionalizada ou não. Bloqueia o ascenso popular e garante a continuidade dos negócios. Em nome da paz social, ordem e progresso ou segurança e desenvolvimento.

### SOCIEDADE CIVIL DÉBIL E ESTADO FORTE

A sociedade civil é débil, pouco organizada, incapaz ou anárquica. Alega-se que as elites não têm sido capazes de afirmar-se sobre o conjunto da sociedade, por amorfa. Mais frequentemente, diz-se que as massas, os trabalhadores do campo e cidade, são pouco organizados e responsáveis politicamente. Alega-se que o povo não sabe votar. Os setores médios não estariam isentos das mesmas limitações. Às vezes, a explicação sobre a debilidade da sociedade civil menciona o índio, mestiço, negro e mulato, ou a mestiçagem, por suas formas de vida e trabalho divergentes, diferentes das racionais, modernas, produtivas, que interessam à empresa, ao capital. Nesses casos, evidencia-se um racismo velado, ou mesmo explícito, tentando reforçar a explicação sobre as limitações da sociedade. Em geral, é o povo que está compreendido nessa idéia de sociedade. A partir de diferentes argumentos, insiste-se na tese de que a sociedade é pouco capaz e, portanto, o Estado deve ser forte. Nessa interpretação, a contrapartida de fragilidade ou incompetência da sociedade civil é o Estado autoritário, abrangente, sob governo civil ou militar. Atribui-se à sociedade, como um todo, ou em seus grupos e classes sociais constituídos por trabalhadores, a responsabilidade pela prevalência

da anti-democracia<sup>(4)</sup>

A debilidade da sociedade civil manifesta-se significativamente nos partidos políticos. Devido à precariedade da cultura política do povo, sua escassa vivência do jogo político formal, tendo em conta a prevalência do público sobre o privado, os partidos pouco representam, enquanto instituições políticas intermediárias, por meio das quais articulam-se os cidadãos e o Estado.

Os partidos, ao longo da história latino-americana, seriam personalistas, caudilhescos, clientelísticos. Tanto os antigos como os recentes, à direita, no centro e à esquerda. Seriam pouco estruturados, sujeitos à influência de personalidades fortes, coloridas, demagógicas, carismáticas. Nos processos eleitorais e nos governos, nos poderes executivo e legislativo, em geral predominam chefes, caudilhos, caciques, coronéis, gamonales ou oligarcas; em lugar de programas, plataformas. O clientelismo, favoritismo, paternalismo, cartorialismo subsistem além do interesse público. Os partidos podem chamar-se liberais, conservadores, blancos, colorados, autênticos, ortodoxos, radicais, trabalhistas, justicialistas, nacionalistas e outras

(04) Claudio Veliz, La Tradición Centralista de América Latina, Editorial Ariel, Barcelona, 1984; Howard J. Wiarda, O Modelo Corporativo na América Latina e a Latino-Americanização dos Estados Unidos, trad. de Clóvis Marques, Editora Vozes, 1983; Lawrence E. Harrison, Subdesenvolvimento é um Estado de Espírito (A questão latino-americana), trad. de Haroldo Netto, Editora Record, Rio de Janeiro, 1985; Jacques Lambert, Amérique Latine (Structures sociales et institutions politiques), Presses Universitaires de France, Paris, 1963; Alain Touraine, Las Sociedades Dependientes, trad. de Tununa Mercado, Siglo XXI Editores, México, 1978; Oliveira Vianna, Evolução do Povo Brasileiro, 4ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956; Raymundo Faoro, Os Donos do Poder, Editora Globo, Porto Alegre, 1958; Julio Labstida M. del Campo (Coordenação), Dictaduras y Dictadores, Siglo XXI Editores, México, 1986

denominações, mas tendem a ser oligárquicos, personalistas, caudilhescos. Tanto assim que os membros dos partidos, ou eleitores, definem-se com battlistas, callistas, cardenistas, irigoyenistas, peronistas, gertulistas, velasquistas, muñozistas, gaitanistas e assim por diante.

Aos poucos, impõe-se a idéia do Estado forte como indispensável à organização e ao desenvolvimento da sociedade. Diante das limitações desta, do povo, cidadãos, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, impõe-se a urgência e vigência do Estado abrangente, forte, desenvolvimentista, industrializador, modernizante, dirigente. Como a análise da sociedade civil é insatisfatória, reifica-se o Estado.

Cabe lembrar que o Estado herdado do colonialismo já era impositivo, predominante. A administração colonial já teria criado as premissas do poder estatal abrangente. A longa tradição de debilidade da sociedade civil coincide com a longa tradição do Estado forte.

O Estado forte, centralista, que se impõe a todos, seria uma herança antiga, remota, ibérica. Desde os tempos coloniais ter-se-ia formado nos países da América Latina uma tradição, ou vocação, patrimonial, que estaria subsistindo e renovando-se no séculos XIX e XX. Todos seriam herdeiros do Estado absolutista ibérico, espanhol e português. As ordenações filipinas, manuelinas, pombalinas e outras seriam um distante e remitante tecido escondido nas estruturas de mando e desmando que atravessam regimes, governos, formas de Estado. Colocam o século XX diante dos mistérios da Contra-Reforma, do despotismo. As raízes distantes, monárquicas, absolutistas, ibéricas, de remotas tradições, continuariam a ser a principal fonte de legitimação de governos, regimes, formas de Estado.

A reiteração de golpes e contra-golpes, o contínuo desfazer das experiências democráticas, a periódica revalorização da cultura política autoritária, a desqualificação dos movimentos sociais e partidos políticos de base popular, a resistência às reformas sociais, tudo isso teria algo a ver com a tradição, o pretérito.

É como se o presente, os vivos, estivessem expiando castigos ou glórias antigos. Toda luta democrática, todo protesto popular, a larga história de lutas sociais populares de base agrária e urbana, tudo isso ficaria recoberto por um destino traçado nos tempos antigos. Na América Latina, o peso da antiga tradição distante, dos colonizadores e escravocratas, ressurge e revive nos ditadores civis e militares que povoam o século XX. Um fatalismo supra-histórico.

### RAÇA CÓSMICA

Foi no século XX que surgiu a idéia de raça cósmica. Começava-se a conferir alguma dignidade à população de trabalhadores do continente e das ilhas, composta de índios, mestiços, negros, mulatos, brancos de diversas procedências, hindús, chineses, japoneses e outros. Foi principalmente à raiz da Revolução Mexicana, iniciada em 1910, que Vasconcelos elaborou a sua fantasia sobre a "missão étnica", a "quinta raça", a "primeira raça síntese do globo"<sup>(5)</sup>.

---

(05) José Vasconcelos, La Raza Cósmica, 7ª edição, Espasa-Calpe Mexicana, México, 1982; Haya de la Torre, El Antimperialismo y el Apra, 3ª edição, Editorial-Impronta Amauta, Lima, 1970; José Carlos Mariategui, Ideología y Política, Biblioteca Amauta, Lima, 1969; Gilberto Freyre, Interpretação do Brasil, tradução de Olivio Montenegro, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1947; Magnus Morner, Race Mixture in the History of Latin America, Little, Brown and Company, Boston, 1967; Roger Bastide, Les Amériques Noires (Les Civilisations Africaines dans le Nouveau Monde), Payot, Paris, 1967; Marie-Chantal Barre, Ideologias Indigenistas y Movimientos Indios, tradução de Luisa Salomone, Siglo XXI Editores, México, 1983; Documentos de la Segunda Reunion de Barbados, Indianidad y Descolonización en America Latina, Editorial Nueva Imagen, México, 1979; Manuel Moreno Franginals (Coordenação), África en América Latina, Unesco-Siglo XXI Editores, México, 1977.

Foi tão forte e decisiva a presença do índio e mestiço no processo revolucionário, que muitos tiveram que repensar o índio e o mestiço. As forças camponesas organizadas e lideradas por Zapata e Villa impressionaram decisivamente o pensamento social mexicano e latino-americano. Em pouco tempo, os preconceitos evolucionistas, do darwinismo social e positivistas tiveram que ceder. Estava em curso a emergência da "raça cósmica", da "democracia racial", do "continente mestiço" e outras formulações destinadas a dar conta da "nova" realidade social, política e cultural. Iniciava-se a dissociação entre raça e cultura, ao mesmo tempo que se retomava a avaliação da história social dos séculos de trabalho compulsório, das lutas sociais travadas por índios, negros e outros, desde os primeiros momentos da colonização até o século XX.

Essa foi uma época importante na história da formação do povo latino-americano. Depois de séculos de trabalho principalmente escravo e economia primária exportadora, quando se formaram castas, no século XX começaram a ser abalados os ideais e as práticas antigas. Os trabalhadores manifestavam-se em todos os lugares, em termos sociais, políticos e culturais. Os movimentos sociais, os partidos políticos e as lutas travadas no campo e cidade expressavam o modo pelo qual o povo se manifestava; procurava conquistar espaços. Estava em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo propriamente dito, compreendido como uma coletividade de cidadãos. Além de reafirmar-se como membro de grupo racial e revelar-se membro de uma das classes sociais em processo de formação, tornava a manifestar-se como cidadania. Estava em marcha a formação do povo.

A Revolução Mexicana expressa e simboliza vários problemas fundamentais das sociedades latino-americanas. Em geral, eles se relacionam com o vasto processo histórico-social de formação do povo. Um deles diz respeito à terra, à posse e ao uso da terra. Muitos dos que se engajaram na Revolução lutavam pela terra. Queriam reconquistar a terra que havia sido sua, dos seus pais ou antepassados, terra expropriada por diferentes meios, em várias épocas, destacando-se aí as

operações de deslinde e demarcação. Outro problema diz respeito à conquista de direitos políticos. Tratava-se de romper os laços de favor e clientelismo, que predominavam nas relações de trabalho e invadiam as condições de vida dos trabalhadores do campo e, muitas vezes, também da cidade.

Mas essa não era uma problemática exclusivamente mexicana. Era bastante geral na América Latina. Tão geral que muitos movimentos sociais rurais a refletem. As reformas e revoluções iniciadas, frustradas ou realizadas na Guatemala, Bolívia, Chile, Perú, Cuba, Nicarágua e outros países tem inclusive essas raízes. Em todos os casos, está em andamento a metamorfose da população em povo.

A rigor, são vários os processos sociais que estão em causa, quando se trata das diversidades e desigualdades raciais, regionais, sociais, culturais e outras. Sob certos aspectos, é deles que a idéia de raça cósmica, democracia racial ou continente mestiço procura dar conta.

Primeiro, a presença de setores populares nas lutas sociais abala, ou mesmo nega, as teses tradicionais sobre a capacidade de reivindicação e luta do trabalhador do campo e cidade.

Segundo, as ideologias raciais herdadas de séculos de vigência de formas de trabalho compulsório já não convinham à sociedade de classes em formação. Cavia conferir alguma dignidade ao trabalho braçal. E, para isso, era necessário e urgente conferir alguma dignidade ao próprio trabalhador, no campo e na cidade.

Terceiro, a idéia de raça cósmica, democracia racial ou continente mestiço, é contemporânea de alguns desenvolvimentos das ciências sociais, quando superam-se os preconceitos envolvidos nas doutrinas evolucionista, positivista e do darwinismo social. Afinal, dissociam-se raça, por um lado, e cultura e formas sociais de vida e trabalho, por outro. Os europeus, norte-americanos e latino-americanos estavam descobrindo que o mundo estava povoado por poucas raças, muitas mesclas e um sem número de culturas e formas sociais de vida e trabalho.



Mas o problema racial permanece em aberto. As poucas reformas sociais realizadas não alteraram substancialmente a situação. Subsistem várias formas de preconceito racial, mescladas nas desigualdades entre as classes. Acontece que esse problema faz parte da questão social. E a revolução burguesa pouco realizou nesse campo, se pensamos no que poderia ter realizado.

## NOSSA AMÉRICA

O pensamento latino-americano frequentemente se defronta com o conceito de Nossa América, formulado assim por Martí. Em várias conjunturas nacionais e latino-americanas, reaparecem os dilemas englobados por esse conceito. Desde as lutas pela independência de Cuba, Porto Rico e São Domingos, nos fins de século XIX e começos do XX, esse tema passou a ser frequente e influente em muitos lugares<sup>(6)</sup>

Nossa América faz lembrar algumas preocupações que já estavam no pensamento de Bolívar. Tratava-se de emancipar a América Latina, compreendendo o continente e as ilhas, de toda dominação européia e norte-americana. Daí a proposta de liga, federação, congresso, que tanto preocupou Bolívar e alguns outros libertadores. Desde os primeiros momentos de formação dos esta-

---

(06) José Martí, Política de Nuestra América, Siglo XXI Editores, México, 1977; Simon Bolívar, Escritos Políticos, Seção de Graciela Soriano, Alianza Editorial, Madrid, 1971; Ramón E. Betances, Las Antillas para los Antillanos, Seção de Carlos M. Rama, Instituto de Cultura Puertorriqueña, San Juan, 1975; Eugenio M. de Hostos, América: La Lucha por la Libertad, Seção de Manuel Maldonado Denis, Siglo XXI Editores, México, 1980; Carlos Fonseca, Pensamiento y Acción, Seção de Jaime Marín, Editorial Antarca, Buenos Aires, 1986; Gérard Pierre-Charles, El Pensamiento Sociopolítico Moderno en el Caribe, Fondo de Cultura Económica, México, 1985; Ricauarte Soler, Idea y Cuestión Nacional Latino-americanas, Siglo XXI Editores, México, 1980; Pablo Gonzalez Casanova, Imperialismo y Liberación en América Latina, Siglo XXI Editores, México, 1978.

dos nacionais, compreendia-se que a associação de nações era um caminho fundamental para fazer face às pressões dos interesses adversos aos dos povos latino-americanos.

Depois, muito tempo depois, no século XX, Torrijos retoma o tema a partir das lutas do Panamá para libertar-se da influência dos Estados Unidos. Nessa ocasião fala na 5ª fronteira. Sim, o Canal do Panamá, administrado pelos norte-americanos, corresponde a uma 5ª fronteira, atravessando o país e violando a soberania nacional. Em alguns países, como no Panamá e em Porto Rico, o problema da soberania coloca-se de forma particularmente aguda. Se pensamos na América Latina como um todo, no entanto, a 5ª fronteira é uma singular metáfora.

São várias as implicações do conceito de Nossa América. Primeiro, está em causa a emancipação nacional, em face de interesses, pressões ou administrações estrangeiros. Segundo, está em causa a conveniência da aliança, liga, federação, congresso ou integração de nações latino-americanas, para que melhor possam defender-se os interesses nacionais.

Em muitas conjunturas, no passado e no presente, algumas decisões básicas em países latino-americanos são adotadas por injunção de interesses estrangeiros, principalmente norte-americanos. A importância das relações "externas", em assuntos internos de países da América Latina, fica mais evidente quando lembramos a sucessão das políticas adotadas pelos Estados Unidos a partir da década dos 30: Boa Vizinhança, Ponto IV, Aliança para o Progresso, Baixa Visibilidade, Relatório Rokefeller, Comitê de Santa Fé, Relatório Kissinger, Guerra de Baixa Intensidade e outras. Elas têm sido secundadas por multinacionais e instituições multilaterais, tais como a OEA, o BID, o TIAR, O FMI, o Banco Mundial. É claro que há alterações, reorientações e até mesmo conflitos entre agências, empresas, governos. Mas também há convergência e continuidade, que predominam.

Nesse sentido é que quase todos os países estão atravessados por uma espécie de 5ª fronteira, como realidade e metáfora. Em distintas gradações, algo se-

melhante ao que se verifica no Panamá e em Porto Rico parece ocorrer em outros países. A base militar, a multinacional, a indústria cultural, a ajuda técnica e outros itens visíveis e invisíveis, ressoam a 5ª fronteira. E quando ocorrem divergências maiores, ou uma nação busca outro modo de organizar a sociedade, a economia e o Estado, o governo e as empresas norte-americanos entram em ação. O que já ocorria no século passado, continuou a verificar-se no século XX, compreendendo a Guatemala em 1954 e Granada em 1983. Uma longa história de "monroísmo".

A partir dos interesses dos países dominantes e das multinacionais, desenvolve-se todo um vasto movimento de integração e desintegração pelo alto. As noções de economia de escala, divisão internacional do trabalho, interdependência, livre comércio, livre empresa, produtividade, racionalidade, lucro, desenvolvimento, progresso e outras, logo passam a justificar operações bilaterais e multilaterais, para resolver problemas de países definidos como atrasados, subdesenvolvidos, periféricos, arcaicos ou inviáveis.

É aí que se enraiza o conceito de Nossa América, ou bolivarianismo. A idéia latino-americana de integração, ou confederação, vem de uma longa história. Nasce com as lutas pela independência e ressurgiu em diversas épocas, em cada país. O que já havia sido posto claramente duas vezes, por Bolívar e Martí, é retomado também por Betances, Hostos, Sandino, Ingenieros, Haya de la Torre, Mariátegui, Guevara e outros. Naturalmente são distintas as propostas de uns e outros. Mas há polarizações evidentes, no pensamento e prática de movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública e outros setores das sociedades nacionais.

Uns propõem a integração, ou confederação, pelo alto. Pensam retomar alguns itens da revolução burguesa tardia, realizada desde cima. Imaginam a possibilidade do capitalismo nacional, capaz de defender-se dos movimentos do capital em geral, governando o capitalismo mundial. Esquecem-se que os projetos de Cardenas, Vargas e Perón foram derrotados.

Doutros adotam as perspectivas abertas pelas lutas populares, pensando na emancipação política e econômica. Fazem o balanço das experiências populistas e reavaliam o que aconteceu no Chile de Allende e em Granada de Bishop. Avaliam as alternativas abertas pelas revoluções cubana e sandinista. Pensam em combinar a revolução social com a nacional.

## UMA HISTÓRIA DE LUTAS SOCIAIS

A história da América Latina é uma história de lutas sociais. Aí destacam-se primeiramente as castas e os setores de castas, durante o período colonial e entrando pelo século XIX. Depois, a partir da independência e abolição do regime de trabalho compulsório, destacam-se as classes e os setores de classes. Mas alguns valores e padrões sócio-culturais característicos das castas subsistem de permeio aos das classes, inclusive no século XX. Essa é uma das peculiaridades das lutas sociais que se travam neste século<sup>(7)</sup>.

Os séculos de colonialismo e escravismo, com base na economia primária exportadora, ou de enclave, produziram estruturas sociais complexas, bastante diferenciadas e rígidas. Nessa formação social, mesclam-se desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, raciais e regionais. Durante esses séculos, desenvolveram-se as castas, isto é, segmentos sociais

---

(07) José Carlos Mariátegui, Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana, Biblioteca Amauta, Lima, 1965; Tulio Halperin Donghi, História Contemporânea de América Latina, 2ª edição, Alianza Editorial, Madrid, 1970; Augustín Cueva, El Desarrollo del Capitalismo en América Latina, 3ª edição, Siglo XXI Editores, México, 1979; Edelberto Torres Rivas, Interpretación del Desarrollo Social Centroamericano, 2ª edição, Editorial Universitaria Centroamericana, Costa Rica, 1971; Andre Gunder Frank, Capitalism and Underdevelopment in Latin America, Monthly Review Press, New York, 1967; Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, The Colonial Heritage of Latin America, Oxford University Press, New York, 1970.

marcados por barreiras rígidas, separando índio e mestiço, negro e mulato, brancos de diferentes procedências nacionais e distribuídos em distintos níveis da estrutura social. Uns estavam obrigados a formas de trabalho compulsório, ou simplesmente escravo. São confinados em situações de trabalho e vida correspondentes ao trabalho braçal. Em muitos casos, são propriedade do branco, senhor. Este, quando proprietário, negociante, administrador ou governante, dispõe dos outros com larga margem de arbítrio. Distingue-se do subalterno, agregado, colono, peão, artesão, escravo ou outro, compreendido inclusive como índio, mestiço, negro, mulato e mesmo branco. Considera-se de outra categoria, condição social, econômica, política, cultural e racial. Sente-se e age como conquistador.

Depois do colonialismo e escravismo, desenvolve-se a sociedade de classes. Diversificam-se as atividades econômicas. A economia primária exportadora complementa-se com a industrialização substitutiva de importação. Muitos trabalhadores do campo migram para as cidades, os centros industriais. Desenvolve-se a proletarização, simultaneamente à urbanização e à emergência da burguesia industrial. Associam-se capitais estrangeiros e nacionais, favorecidos por agências estatais. Expande-se o mercado de força de trabalho. Surgem as associações, os sindicatos, os movimentos sociais operários, partidos. Também na agricultura cresce a proletarização. E os movimentos sociais rurais e partidos, de base camponesa, às vezes ampliam-se com esses novos contingentes.

A crescente diversificação da estrutura social, dinamizada pela urbanização, industrialização, divisão do trabalho social e outros processos estruturais, constitui a sociedade de classes. Uma sociedade atravessada por desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, raciais e regionais, na qual subsistem valores e padrões sócio-culturais de castas.

Esse o ambiente das lutas sociais que ocorrem em diferentes épocas e em quase todos os países latino-americanos. Nesse ambiente, o jogo das forças sociais, em geral, está na base dos protestos e revoltas, golpes e contra-golpes, revoluções e contra-revoluções.

Em perspectiva história ampla, assim se desenham os movimentos da sociedade, os andamentos da história.

## REVOLUÇÃO BURGUESA

Na América Latina, pode-se considerar que a revolução burguesa é tardia, induzida do exterior e realiza-se pelo alto. Ela não transforma amplamente a sociedade, abrindo espaços políticos, sociais, econômicos e culturais para os grupos e as classes subalternos do campo e cidade. Ao contrário, recria formas de organização social, trabalho e mando com ingredientes patrimoniais. Combina elementos oriundos da estrutura de castas na sociedade de classes<sup>(8)</sup>.

Todos os países latino-americanos já tiveram a sua revolução burguesa. Mas as experiências democráticas têm sido episódicas. Poucas vezes as conquistas democráticas se tornam efetivas. Habitualmente estão restritas a setores da sociedade, principalmente das cidades grandes. Fica a impressão de que as estruturas de gestão e mando se fortalecem com as heranças oligárquicas e patrimoniais.

---

(08) Abelardo Villegas, Reformismo y Revolución en el Pensamiento Latinoamericano, Siglo XXI Editores, México, 1972; Orlando Fals Borda, Las Revoluciones Inconclusas en América Latina (1809-1968), Siglo XXI Editores, México, 1978; Gino Germani, Política y Sociedad en una época de Transición, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1962; Jorge Graciarena, Poder y Clases en el Desarrollo de América Latina, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1967; Enrique Semo, História Mexicana (Economía y Lucha de Clases), Ediciones Era, México, 1978; Florestan Fernandes, A Revolução Burguesa no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975; Angel G. Quintero Rivera, José Luis González, Ricardo Campos e Juan Flores, Puerto Rico: Identidad Nacional y Clases Sociales, Ediciones Huracán, Rio Piedras, 1981; Enrique Gomariz Moraga, O Estado nas Sociedades Dependentes (O Caso da América Latina), tradução de Martin Velho Sottomayor, Editorial Presença, Lisboa, 1977; Mario Arrubla, Estudios Sobre el Subdesarrollo Colombiano, 13ª edição, La Carreta, Bogotá, 1984.

A revolução burguesa produziu transformações notáveis, segundo as condições próprias de cada país. Expandiu a formação social capitalista. A economia primária exportadora e a industrialização substitutiva de importações articularam-se e receberam inversões estrangeiras. Multiplicaram-se as associações de capitais nativos e estrangeiros, em geral favorecidos por agências estatais. Cresceram o mercado interno, as migrações, a divisão do trabalho social, a proletarianização, a acumulação do capital, as desigualdades regionais, as classes sociais. Assim, em termos principalmente econômicos, é possível dizer que a revolução burguesa foi realizada com êxito. Resultou em uma formação social baseada em um tripé bastante eficaz: o setor produtivo nacional, o estrangeiro e o estatal, concretizando uma vigorosa aliança entre o grande capital financeiro e o Estado. É o capital externo que comanda a modernização.

Em termos sociais, políticos e culturais, no entanto, a revolução burguesa ocorrida na América Latina realizou pouco. Nesse sentido é que pode ser denominada tardia, induzida do exterior e pelo alto. Não responde às reivindicações da maioria do povo. Em geral, os trabalhadores sentem-se deslocados, submetidos, estranhos. A questão social muito mais se recria do que se resolve. As medidas adotadas pelos setores dominantes não alteram as estruturas de apropriação e mando. As desigualdades sociais expressam também desigualdades raciais e regionais, sintetizadas nas expressões: costa e serra, litoral e sertão, planície e cordilheira, índio e mestiço, negro e mulato. E o que se moderniza atende interesses externos.

A revolução burguesa não criou condições satisfatórias e permanentes para a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos. A cidadania tende a ser precária; pode ser tutelada, outorgada, regulada, mediatizada, raramente plena. Os sindicatos e os partidos são induzidos à burocratização que transforma problemas políticos em administrativos. Há um corporativismo difuso, ou bastante estruturado, nas malhas do poder público, articulando organizações, reivindicações e conquistas de trabalhadores. Um corporativismo

em que ressoam valores e padrões sócio-culturais herdados do patrimonialismo, em que mesclam-se resquícios de castas.

Nem por isso, no entanto, deixam de continuar as lutas sociais no campo e cidade. Em todos os lugares, o trabalhador empenha-se em conquistar melhores condições de vida e trabalho, desde a luta pela terra à reivindicação da cidadania. Por isso, em boa parte, está em curso uma revolução popular na América Central.

## REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Na América Latina, a revolução socialista tem raízes na questão social e na questão nacional. As desigualdades e contradições internas e externas confundem-se, mas podem dinamizar-se, agravar-se e provocar rupturas estruturais. Tanto as revoluções que tiveram êxito, como as derrotadas, têm por base contradições sociais internas e externas. Aliás, também as revoluções populares, que não tinham possibilidade de desdobrar-se em socialistas, revelam esses ingredientes(9).

---

(09) Julio Antonio Mellá, Escritos Revolucionários, Siglo XXI Editores, México, 1978; José Carlos Mariátegui, Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana, Biblioteca Amauta, Lima, 1965; Carlos Fonseca, Pensamiento y Acción, Seleção de Jaime Marín, Editorial Antarca, Buenos Aires, 1986; Sérgio Ramirez, El Alba de Oro (La história viva de Nicaragua), 2ª edição, Siglo XXI Editores, México, 1984; Fidel Castro, La Primera Revolución Socialista en América, 3ª edição, Siglo XXI Editores, México, 1978; Ernesto Che Guevara, El Socialismo y el Hombre Nuevo, Organizado por José Aricó, Siglo XXI Editores, México, 1977; Maurice Bishop, Selected Speeches (1979-1981), Casa de las Americas, La Habana, s/d.; Carlos Altamirando, Dialéctica de una Derrota, 2ª edição, Siglo XXI Editores, México, 1978; Caio Prado Júnior, A Revolução Brasileira, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966.



Em Cuba e na Nicarágua, a revolução socialista é simultaneamente social e nacional. Tanto recompõe drasticamente as estruturas de organização e poder como reorientam drasticamente as relações com os países capitalistas dominantes, imperialistas. No Chile e em Granada, a marcha da revolução socialista foi, em boa parte, interrompida pela ação das agências imperialistas, combinando a contra-revolução em âmbito interno e externo. No México, na Bolívia e na Guatemala, a revolução popular foi bloqueada pela ação combinada das agências imperialistas com as forças conservadoras internas. Na República Dominicana, em 1965, a intervenção norte-americana aberta impediu a marcha de uma revolução popular que caminhava para uma revolução social e nacional. A revolução socialista em curso em El Salvador, outra vez, combina a revolução social com a nacional, no sentido de expressar contradições internas e externas.

Como a revolução burguesa latino-americana não resolve os problemas agrário, regional, racial e nacional, estes tornam mais complexas e aprofundam as contradições de classes que alimentam a revolução social. A reforma agrária, em geral, não se realiza, ou realiza-se pela metade. As desigualdades sociais entre raças (ou etnias), reiteram-se e até mesmo agravam-se, a despeito da idéia de raça cósmica, democracia racial ou continente mestiço. Os desequilíbrios regionais recriam-se ou acentuam-se em vários países, apesar do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. E a questão nacional nunca se resolve, já que a presença de interesses econômicos, políticos, militares, culturais e outros estrangeiros parecem es-tender-se por surtos.

A rigor, a capacidade decisória dos governos nacionais se vê bloqueada ou reduzida, pelos mesmos desenvolvimentos da economia, em escala nacional e internacional. O próprio Estado-Nação entra em crise. Ao mesmo tempo que se amplia a inserção dos sub-sistemas econômicos nacionais na economia capitalista mundial, reduz-se o espaço decisório dos governos nacionais, se pensamos em soberania, interesses nacionais, trabalhadores, povo, cidadania.

Sob essas condições, o trabalhador tende a sofrer uma dupla exploração. O seu trabalho deve produzir excedentes em condições de atender às exigências dos setores dominantes nacionais e, inclusive, dos estrangeiros. Daí a persistência de formas autoritárias de organização do poder estatal, que parecem resultar da instabilidade política crônica. Esse o contexto em que se afirma e reafirma a debilidade da sociedade civil, a convivência do Estado demiurgo.

Esse, também, o contexto das contradições sociais estruturais, que se expressam em protestos, revoltas e revoluções. Acontece que a revolução burguesa não tem resolvido nem a questão nacional e, menos, a social. Por isso, a revolução socialista tende a ser sempre uma ruptura estrutural interna e externa, de alcance social e nacional.

## A QUESTÃO NACIONAL

Se fosse possível dizer qual é o tema fundamental do pensamento latino-americano, muitos concordariam que é a questão nacional. Esse é o desafio mais frequente nas interpretações sobre civilização e barbárie, instabilidade política crônica, sociedade civil e Estado forte, raça cósmica, Nossa América, revolução burguesa, revolução socialista e outras. A história da América Latina pode ser vista como a da nação latino-americana, no sentido de sua formação e consolidação. Desde as guerras e revoluções de independência, nos começos do século XIX, até às controvérsias sobre autoritarismo e democracia, ou capitalismo e socialismo, em fins do século XX, muitos lidam com a problemática nacional. Desde as tropelias caudilhescas nas províncias, nos inícios da formação do Estado nacional, às revoluções populares que se multiplicam neste século, muitos lidam com o modo pelo qual se forma a nação. Esse é o tema de Bolívar e Artigas, Betances e Garvey, Torrijos e Bishop, Haya e Mariátegui, Cárdenas e Vargas, Galo Plaza e Romulo Betancourt, Sandino e Allende. Sob várias perspectivas, o pensamento e a história sociais da América Latina estão atravessados pela

questão nacional(10).

A questão nacional diz respeito a como se forma e transforma a nação. Começa por estabelecer que a nação não é um todo articulado, pronto, acabado. Ao contrário, constata que é um todo em movimento, em processo, em devir. Não só forma-se e transforma-se como também articula-se e desagrega-se.

Há épocas em que a sociedade nacional se revela altamente integrada, quando os grupos, classes, movimentos e partidos articulam-se dinamicamente e positivamente em um todo composto pela sociedade civil e o Estado. Quando as forças sociais presentes na sociedade podem expressar-se a nível das instituições, códigos e leis, de tal modo que o Estado expressa e sintetiza as tendências predominantes na sociedade, nessas épocas a nação se mostra articulada.

Mas há épocas em que predomina o descompasso entre grupos, classes, instituições, códigos, leis, movimentos, partidos. Várias relações e estruturas são postas em causa. Ocorre uma espécie de desarticulação. As tendências predominantes no Estado pouco expressam das tendências predominantes na sociedade. A crise de hegemonia, às vezes, atinge tal extensão e profundidade que as partes se extraviam do todo, o todo se perde nas partes.

---

(10) Além das obras mencionadas nas notas anteriores, cabe lembrar também as seguintes: Ricauarte Soler, Clase y Nación, Editora Fontamara, Barcelona, 1981; Marco Palacios (Organizador), La Unidad Nacional en América Latina, El Colegio de México, México, 1983; Norbert Lechner (Organizador), Estado y Política en América Latina Siglo XXI Editores, México, 1985; Julio Labastida Martín del Camp (Organizador), Dictaduras y Dictadores, Siglo XXI Editores, 1986; Eni Pulcinelli Orlandi (Organizadora), Política Lingüística na América Latina, Pontes Editores, Campinas, 1988; Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, nº 103, México, 1981, nº especial sobre "La Cuestión étnica en América Latina", Rodolfo Stavenhagen, Problemas étnicos y Campesinos, Instituto Nacional Indigenista, México, 1980.

É óbvio que a nação tem base em território, fronteiras, população, história, bandeira, hino, moeda, mercado, comunicações, heróis, santos, monumentos, ruínas, língua, dialetos, literatura, produções culturais, façanhas, derrotas. Mas esses são alguns elementos dispersos e abstratos da sociedade nacional. Na maioria dos casos, correspondem aos elementos que compõem o discurso do poder, dos setores dominantes. Falam em pátria e patriotismo, ordem e progresso, segurança e desenvolvimento, tradições ocidentais e cristãs. Mas o discurso do poder não engendra a nação. Pode até ser um elemento indispensável. Expressa as idéias e realizações de alguns setores, ou classes. Mas não chega a expressar mais plenamente as forças que compõem a sociedade nacional. Em geral, expressam principalmente o que é a nação burguesa.

Essa é a nação que predomina na América Latina, no continente e ilhas. Uma nação precariamente formada, com épocas de articulação dinâmica e épocas de desarticulação. Desenvolve-se por surtos e espasmos, retrocessos e avanços, rupturas e quedas. Sempre recomeça.

Depois de décadas de transformações e conquistas notáveis, de repente a Argentina parece uma nação desagregada. Esse foi o resultado da forma pela qual a ditadura militar conduziu as políticas governamentais. As diretrizes econômicas, sociais, culturais e outras provocaram o divórcio entre as tendências predominantes na sociedade e as do poder estatal. Toda uma larga história de lutas e realizações, naturalmente entremeadas de controvérsias mais ou menos profundas, toda essa história de repente perdeu-se numa vasta e penosa desagregação.

Há casos em que a nação é ainda uma ficção jurídico-política, antes do que uma realidade social plena, um todo em movimento. Está dispersa em regiões: costa e serra, litoral e sertão, planície e cordilheira. Dispersa em etnias ou raças: índios e mestiços, negros e mulatos, asiáticos diversos, brancos distintos. As diversidades étnicas, regionais, culturais, linguísticas e outras mesclam-se com as sociais, econômicas, políticas e outras. De tal maneira que o povo ainda está em processo de formação, a cidadania aparece como

ideal, o idioma dos que mandam não é exatamente o dos que trabalham no campo e cidade. A bandeira, hino, moeda, santos, heróis, monumentos e ruínas podem ser totalmente estranhos a muitos, à maioria.

Há várias nações na nação latino-americana. Elas se mesclam e diferenciam, convivem e antagonizam, conforme a época, o jogo das forças sociais. Uma é a nação burguesa, oficial, dominante, que profere o discurso do poder, mercado, desenvolvimento, progresso, produtividade, racionalidade, modernização. Outra é a popular, camponesa e operária, dispersa na sociedade e na geografia, revelando-se alternativa, diferente, sociedade e comunidade, qualitativa. Mas há, em certos casos, a nação quechua, aymara, guaraní, azteca, maia, negra ou outra, de permeio às diversidades sociais, econômicas, políticas, que mantêm e generalizam hierarquias, preconceitos, racismos. Essa nação de perfil étnico, mais ou menos nítido, conforme o país e a época, subsiste e afirma-se frequentemente nas lutas sociais, nas produções culturais, nos desencontros entre o poder estatal e as várias sociedades em que se dispersa a sociedade nacional. Às vezes, todas essas realidades aglutinam-se em distintas regiões, no âmbito do espaço nacional, de tal modo que pode haver uma nação costenha e outra serrana. Nesses casos, as diversidades organizam-se de tal maneira que as regiões degladiam-se como poderosas estruturas aparentemente autônomas; ou articulam-se sob o mando da região mais poderosa. Assim se forma uma espécie de colonialismo interno. Daí a frequente impressão de que a nação popular, indígena ou negra, parece submetida, como se estivesse conquistada por colonizadores. No século XX, essa ainda é uma realidade bastante frequente, em vários países. As diversidades escondem profundas desigualdades. Uns e outros não só parecem diferentes mas encontram-se opostos, antagônicos. As contradições reiteram-se, ou mesmo aprofundam-se, em lugar de reduzir-se. Esse é o cenário em que pode emergir a nação socialista. Emerge das forças populares, das desigualdades sociais, étnicas, regionais e outras, bem como das contradições de classes. A nação socialista tem raízes nas outras, e pode representar uma síntese, di-

ferente ou superior.

Acontece que a nação é real e imaginária. Está nas relações, processos e estruturas que organizam as atividades, as condições de vida e trabalho. Mas também nas diferentes perspectivas em que se colocam grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos. Inclusive nas interpretações e fabulações de uns e outros. Sob vários aspectos, não é um todo pronto, acabado, que cabe apenas aperfeiçoar. Ao contrário, forma-se e transforma-se, conforme o jogo das forças sociais e de acordo com as possibilidades abertas pelas interpretações.

## ESTILOS DE PENSAMENTO

A idéia de América Latina está particularmente desenvolvida em algumas interpretações notáveis da problemática latino-americana. As obras fundamentais, algumas clássicas, podem ser tomadas como sínteses de aspectos decisivos dessa problemática. Não há uma, mas várias interpretações fundamentais. Às vezes são complementares, convergentes. Sob certos aspectos, são mesmo contraditórias. Mas tomadas em conjunto, podem formar um sistema encadeado, oferecer uma imagem múltipla e nuançada do que tem sido a América Latina. E do que pode ser.

Uma parte importante do pensamento e prática na América Latina organiza-se com base em interpretações sintetizadas nestes conceitos: civilização e barbárie, instabilidade política crônica, sociedade civil débil, Estado forte, raça cósmica, Nossa América, lutas sociais, revolução burguesa, revolução socialista, questão nacional. Elas influenciam partidos políticos, movimentos sociais, correntes de opinião pública, governantes, técnicos, militares, membros de igrejas, intelectuais e outros, latino-americanos, europeus, norte-americanos e demais.

Aliás, seria possível indicar a filiação liberal, conservadora, democrática, autoritária, fascista, populista, socialista ou outra, presente nesta ou aquela. Também seria possível indicar a filiação evolucion-

nista, positivista, funcionalista, dialética ou outra, presente aqui ou ali. Realmente, essas interpretações são distintas; às vezes, complementares; às vezes divergentes. Mas é possível reconhecer que elas registram alguns aspectos importantes da problemática latino-americana. Mostram como a América Latina se pensa e constitui.

É possível, ainda, reconhecer que essas interpretações expressam tendências, escolas, ou melhor, estilos de pensamento. A despeito do prestígio diverso de umas e outras, todas estão difundidas e influentes nos diversos setores das sociedades latino-americanas. Também em outros países, dominantes ou não, correm teses, explicações ou impressões que ressoam uma ou outra dessas interpretações. Há conceitos relativos a elas que se tornaram patrimônio comum, geral. Seja por seus posicionamentos teóricos (evolucionista, funcionalista etc.), seja pelo político (liberal, democrata etc.) uns e outros adotam esta ou aquela linguagem. Acontece que, em cada interpretação, há toda uma imagem dos fatos; uma explicação da realidade; um estilo de pensar a sociedade, o jogo das forças sociais, os movimentos da história.

Sim, as interpretações da América Latina, vistas assim, em perspectiva ampla, correspondem a estilos de pensamento. Expressam distintas visões da sociedade, nação, história. Sob certos aspectos, expressam diferentes visões do mundo social, no sentido de que alguns dos seus adeptos compreendem também outras realidades, coisas, situações, idéias, a partir delas. Em certos casos, são tomadas como referência constante e geral, tanto a nível do pensamento como da prática. Para alguns, a história da América Latina articula-se fundamentalmente e segundo o contraponto "civilização e barbárie". Outros imaginam que a "instabilidade política crônica" é inelutável. Também há os que compreendem a "barbárie" e a "instabilidade" em termos de "lutas sociais". E assim por diante.

Não é o caso, agora, de esclarecer onde pode estar a "verdade", quais os fiapos de verdade ou equívoco dispersos nessas interpretações. Seria necessário trabalhar um pouco mais, cada uma e todas, para que o ba-

lanço crítico se mostrasse verossímil, convincente. Mas já é possível intuir um pouco. A sequência das interpretações e a força de cada uma, enquanto dilema, equívoco ou verdade, permitem descobrir os lados principais da problemática, os movimentos fundamentais dessa história.







## FICHA TÉCNICA

### Comissão de Publicações:

Daniel J. Hogan

Denise Bottmann

Sidney Chalhoub

### Publicações:

Mada Penteado

Marilza A. Silva

Aguinaldo R. Dias

### Gráfica:

Sebastião Rovaris

Marcos Josué Pereira

Adilson Coimbra

IFCH/UNICAMP

CP 6110 - 13081 - Campinas - SP

Tel.: (0192) 39.1140 / 39.3327

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.4717

IMPRESSO  
GRÁFICA IFCH

